

No atual momento em que a crise mundial de alimentos ganha destaque nos noticiários e nos debates sobre desenvolvimento rural, as grandes corporações do agronegócio pressionam governos nacionais para que sejam implantadas políticas voltadas à intensificação produtiva nos moldes da Revolução Verde. Valendo-se dos mesmos argumentos empregados há quarenta anos, buscam legitimar suas novas tecnologias perante a opinião pública, apresentando-as como instrumentos indispensáveis à superação da crise. Receitam *mais do mesmo*, como se a subordinação da agricultura aos grandes complexos agroindustriais não houvesse atuado como fator decisivo para o acirramento das disparidades sociais e para o aumento da insegurança alimentar.

A expansão das grandes monoculturas, viabilizada tecnicamente pela modernização agroquímica, juntamente com os acordos de livre comércio celebrados nas últimas três décadas de neoliberalismo, acentuaram o perfil agroexportador de países do Terceiro Mundo que, com isso, assistem ao desmantelamento de suas já frágeis capacidades de abastecimento alimentar autônomo. É nesse contexto histórico que o princípio da soberania alimentar ganha relevância política. Aplicado desde a escala local até a nacional, ele reafirma que as comunidades/nações devem ter resguardado o direito de produzir e distribuir sua própria alimentação independentemente das oportunidades de mercado. Reforça também que os alimentos não podem ser tratados como *commodities* nos mercados internacionais, o que favorece a criação de ambientes econômicos propícios para que o capital especulativo influencie seus preços, colocando em risco o abastecimento alimentar das populações mais empobrecidas.

A soberania alimentar traduz-se, nesse sentido, na associação da autonomia tecnológica nos processos de produção com o controle local sobre os mecanismos de distribuição e consumo dos alimentos. Como enfoque científico, a Agroecologia provê a primeira dessas condições. Fundamentada no manejo regenerativo e nos serviços ambientais da biodiversidade, a abordagem agroecológica é capaz de assegurar produções elevadas e diversificadas com baixa necessidade do aporte de insumos e conhecimentos externos.

A diversificação dos canais de comercialização, por sua vez, apresenta-se como a contrapartida nos mercados dos processos de diversificação dos sistemas produtivos estruturados segundo os princípios da Agroecologia. Ao combinar o acesso a mercados locais com vendas em circuitos comerciais de produtos específicos, as famílias agricultoras reduzem a vulnerabilidade econômica de seus sistemas produtivos e asseguram maiores margens de manobra para optarem entre diferentes alternativas disponíveis de comercialização. Dessa forma, adquirem maior poder de negociação nos circuitos comerciais, condição necessária e insubstituível para que as relações de troca nos mercados sejam mais justas.

Esta edição da *Revista Agriculturas* apresenta iniciativas concretas que situam a ampliação e a multiplicação de mercados para a produção agroecológica no contexto da luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional. Alguns artigos mostram estratégias de grupos e organizações envolvidos na promoção da Agroecologia para se inserir nos mercados locais, valorizando a capacidade que esses circuitos comerciais de proximidade e de reciprocidade entre produtores e consumidores têm para absorver grande variedade de gêneros produzidos nos sistemas ecológicos. Outros se referem ao desafio da construção de relações econômicas mais justas no comércio realizado em cadeias produtivas especializadas. Algumas das experiências ressaltam também o papel importante de políticas de Estado, em especial as compras governamentais, podem exercer no sentido de viabilizar o acesso aos mercados para famílias agricultoras que orientam sua atividade econômica essencialmente à produção alimentar.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista Agriculturas
experiências em agroecologia

v. 5, nº 2

(corresponde ao v. 24, nº 1 da Revista Leisa)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa –, em parceria com a Fundação Ileia - Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua Candelária, nº 9, 6º andar
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020
Telefone: 55 (21) 2253-8317 Fax: 55 (21) 2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ileia

P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ileia.info

Conselho Editorial

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM

Jean Marc von der Weid

AS-PTA

José Antônio Costabeber

Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, RS

Marcelino Lima

Caatinga/Centro Sabiá, PE

Maria Emília Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase, RJ

Maria José Guazzelli

Centro Ecológico, RS

Miguel Ângelo da Silveira

Embrapa Meio Ambiente

Paulo Petersen

AS-PTA

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen

Editor convidado para este número Silvío Isopo Porto

Produção Executiva Adriana Galvão Freire

Pesquisa Adriana Galvão Freire e Paulo Petersen

Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque Rosa L. Peralta

Tradução Maria José Guazzelli e Gabriel Fernandes

Revisão Gláucia Cruz

Foto da capa Xirumba

Projeto gráfico e diagramação I Graficci

Impressão Holográfica

Tiragem 5.300

Essa edição contou com o apoio da
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

